



## Padrão (*template*) para submissão de trabalhos ao XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação:

### **Comunicação Pública nas Escolas: estudo de caso sobre o Programa A Escola é Nossa<sup>1</sup>**

Maria José da Costa Oliveira  
Irani Marchiori<sup>2</sup>

Instituição a que estão vinculadas as autoras  
-METROCAMP –  
Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas

#### **Resumo**

O presente trabalho busca identificar a ação de Comunicação Pública no programa educacional denominado “A Escola é Nossa”, da Secretaria de Educação do Município de Campinas –SP. Foram sujeitos deste estudo o coordenador e uma responsável direta pela implantação do programa. Os dados foram obtidos por meio de levantamento de informações em sites, publicações e entrevista pessoal, e os resultados discutidos a partir da análise de seu conteúdo. As conclusões até o momento, dadas as limitações deste estudo, apontam para uma perspectiva de utilização cada vez maior do espaço público e da comunicação pública na sua essência, envolvendo o poder público e a sociedade em prol de políticas públicas que consolidem o exercício da cidadania.

#### **Palavras-chave**

Comunicação Pública; Educação; Cidadania

---

<sup>1</sup> Exemplos: Trabalho apresentado ao NP 05 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Maria José da Costa Oliveira é Relações Públicas, Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professora e coordenadora dos Cursos de Graduação em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda e coordenadora do curso de *Lato Sensu* em Comunicação Pública e Responsabilidade Social da METROCAMP. Organizadora do livro *Comunicação Pública*, editado em 2004 ([zezeoliveira@uol.com.br](mailto:zezeoliveira@uol.com.br)).

Irani Marchiori é Pedagoga, Mestre em Psicologia Educacional e Doutora em Psicologia pela PUC-Campinas. É coordenadora pedagógica da METROCAMP, onde também coordena os cursos de graduação Normal Superior e pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão e Docência do Ensino Superior. Pesquisa e estuda as relações entre tecnologia, informação e educação, assim como a alfabetização científica e tecnológica ([iranimarchiori@yahoo.com.br](mailto:iranimarchiori@yahoo.com.br)).



## **Introdução**

Em pesquisas realizadas nos últimos anos, pudemos identificar que, apesar do tema Comunicação Pública ainda ser considerado recente, é possível encontrar inúmeros exemplos de prática cotidiana de sua aplicação.

Antes de tudo, é bom que se reforce que Comunicação Pública se refere à comunicação realizada no espaço público democratizado, com a discussão de temas de interesse público, o que subentende o envolvimento e a participação ativa do governo, das empresas, do Terceiro Setor e da sociedade.

Já apresentamos, em trabalhos anteriores, ações que podem representar uma política embrionária de Comunicação Pública a partir do poder executivo e do poder legislativo, destacando as práticas desenvolvidas junto a governos municipais.

Dando continuidade a esses estudos, concentramo-nos, mais uma vez, em políticas governamentais municipais.

Desta vez, porém, trataremos de maneira específica de iniciativas da secretaria de educação do governo municipal de Campinas, analisando uma ação, que apresenta, no nosso entender, uma perspectiva de consolidação da Comunicação Pública. Entretanto, para a consolidação da Comunicação Pública é preciso ter em mente que:

“Em tempos de democracia, exigem-se a participação e a atuação de todos os setores da sociedade para o atendimento às inúmeras necessidades que se apresentam num cenário marcado por profundas desigualdades sociais, expressas nos altos índices de criminalidade, violência, desemprego, fome, trabalho infantil, condições sub-humanas de sobrevivência para uma parcela significativa da população”.

Incluam-se, também, os problemas referentes à corrupção, à desconfiança generalizada, seja em relação ao governo, às empresas e/ou à sociedade como um todo, demonstrando, dessa forma, noção mais clara de cidadania, refletida no espaço público, no qual essa problemática se projeta, afetando, consideravelmente, a vida social”.  
(Oliveira, 2004)

É interessante observar que um espaço público como a escola ainda não é vivenciado em sua plenitude pela comunidade, envolvendo sua participação como co-responsável e ao mesmo tempo possibilitando seu usufruto como direito contemplado no exercício da cidadania.

Essa visão de utilização do espaço da escola como espaço público para e com a comunidade é o que seria de se esperar de uma sociedade democrática, que reconheça a



necessidade de integração entre todos os setores da sociedade na definição e execução de políticas públicas que atendam ao interesse público.

Entretanto, seja por resistência dos profissionais das escolas, seja por resistência da própria comunidade, depara-se com obstáculos que precisam ser transpostos para que necessidades sociais sejam supridas.

A quebra de paradigmas surge, então, como urgência, de forma que a abertura para a ação conjunta impeça que se comprometa o desenvolvimento e a auto-sustentação das futuras gerações.

Nesse sentido, entendemos como fundamental a interligação entre educação e comunicação, de forma que a comunicação colabore para promover a educação e a educação faça uso dos instrumentais de comunicação para se fazer mais presente, pois, conforme Citelli,

“(...) os conceitos de educação e comunicação passam a ser vistos como seqüências de um processo cada vez mais inter-relacionado: requisitam-se para esclarecerem-se; pedem-se para que nenhum dos termos ganhe autonomia a ponto de ressoar, ou anacronismo, como no caso da escola, ou hiper-realidade que tudo completa e tudo responde, a exemplo *dos media*”. (Citelli, 2000, p. 17)

Mesmo diante da citação acima, outro aspecto de destaque refere-se à visão de que a comunicação não pode ser analisada apenas levando em conta os meios, ou seja, os veículos. Antes de tudo, ao analisar a comunicação na ótica da educação é preciso evidenciar a mensagem e a relação entre seus interlocutores.

Todavia, muitos profissionais e pesquisadores da comunicação têm restringido sua análise aos meios, o que compromete uma avaliação mais aprofundada sobre a relação intrínseca entre comunicação e educação.

O tema deve ser discutido e compreendido além da simples criação e disseminação de informação à comunidade em geral. Deve contemplar as oportunidades de participação, interação, troca de percepções, colaboração e integração dos esforços individuais e coletivos. A cultura da informação, e de suas redes, deve ser intensamente estimulada, pois ela não só estabelece hábitos de disseminação da informação e de cooperação, como possibilita o exercício de cidadania e a tomada de decisões participativas.

No âmbito da educação, formal ou informal, as ações educativas combinam elementos de reprodução da cultura de seus agentes, bem como de transformação. Da mesma forma ações de comunicação pública constituem-se recursos indispensáveis ao



envolvimento da sociedade para o estabelecimento de potenciais de transformação, presentes e futuros.

A chamada educação para a cidadania tem apresentado um maior crescimento e fortalecimento nos últimos anos, pois, além de fundamentação conceitual ser interdisciplinar, as metodologias participativas que vem aplicando a credenciam como um importante instrumento de intervenção cultural.

Segundo Weber (2005)<sup>3</sup> a credibilidade da política vem pela informação e pela relação ética que o governante estabelece com os meios de comunicação, isto é, mais do que o conteúdo é importante a forma da divulgação.

Independentemente do tipo e da abrangência da divulgação das ações educativas a serem empreendidas deve-se ter em mente que a apreensão dos conhecimentos envolve além da capacidade intelectual, os sentidos, os desejos e a motivação.

Nas dinâmicas de um contexto multicultural, cada segmento específico agrega valores e experiência, portanto a ação deve fazer sentido para os agentes e os sujeitos. Assim, é necessário envolver todos os segmentos em consonância com os princípios da participação e da co-responsabilidade. É importante considerar-se a sociodiversidade, mas tendo claros os objetivos, o público alvo, as metas a serem atingidas e os critérios de avaliação.

Assim, programas voltados à educação para a cidadania devem necessariamente envolver os setores governamental e não-governamental, representados nos segmentos das comunidades escolares, profissionais, políticas, religiosas e representativas da organização da sociedade civil .

Face ao anteriormente exposto, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Evidenciar a escola como espaço aberto para a comunicação pública
- Apresentar um programa de administração pública municipal, que faz uso do espaço escolar como ambiente público para ações voltadas à cidadania das comunidades em que se insere.
- Discutir os meios, objetivos e a concepção de comunicação pública deste programa por parte de seus agentes diretos.

---

<sup>3</sup> Weber, Ana Maria. Palestra proferida na Semana da Comunicação do Centro Universitário Univag MT, em 19/05/2005



## **Metodologia**

Para que pudéssemos realizar uma investigação sobre o tema Comunicação Pública nas Escolas, optamos por iniciar o trabalho a partir do estudo de caso de um programa em vigor em nossa região. Tal programa vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de Campinas, segundo maior município do estado de São Paulo.

Para este estudo foi escolhido o programa “A Escola é Nossa”, sendo analisados materiais de divulgação oficiais, publicados nos websites, bem como realizadas entrevistas com os coordenadores e responsáveis pela implantação do programa na região, buscando-se um aprofundamento da investigação.

As entrevistas constituíram-se de um roteiro que abordou questões referentes ao período de início do projeto; objetivos do mesmo; atividades realizadas; equipe profissional constituída para a realização do programa; existência de participação de voluntários; formas de divulgação; veículos de comunicação utilizados para manter contato com a comunidade e outros públicos de interesse; projeção do programa na mídia; importância da comunicação para o programa; entendimento do programa como uma ação de comunicação e relacionamento com a comunidade.

Os resultados foram discutidos à luz da análise de conteúdos das respostas dos sujeitos e apresentados não como conclusões fechadas, mas sim como pontos a serem aprofundados e implicações para novas pesquisas.

## **Resultados**

Com base em informações obtidas em website e em alguns materiais impressos fornecidos pela coordenadoria do programa analisado, bem como nas entrevistas realizadas, foi possível chegar às seguintes considerações:

### **A. Análise da web site e material impresso**

<http://www.campinas.sp.gov.br/smenet>

O projeto “A Escola É Nossa” teve início em 2001, com o objetivo de promover uma aproximação da escola com a comunidade na qual está inserida, com apropriação pelos jovens e crianças do espaço das unidades educacionais.



O programa consiste em abrir aos fins de semana, escolas que contemplem atividades diversificadas voltadas para a comunidade como um todo, valorizando a construção de vínculos entre a escola e a comunidade.

Outro objetivo do trabalho é contribuir para o estreitamento das relações, favorecendo as manifestações culturais. Toda a estrutura necessária, como guardas, funcionários e educadores é oferecida pela Secretaria de Educação, que conta também com o apoio das Secretarias de Cultura, Esportes e Turismo e de Assistência Social.

Cerca de 6.200 pessoas, entre alunos e cidadãos da comunidade participam do projeto. As oficinas contam com aulas de hip hop, skate, handebol, teatro, cavaquinho, violão, dança de rua, dança de salão e danças folclóricas. Os arte-educadores são contratados pela Secretaria de Educação e a população se apropria do espaço das escolas abertas aos finais de semana.

O programa A Escola é Nossa conta com 19 oficinas e funciona - em 27 escolas municipais do ensino fundamental e duas escolas municipais de educação infantil. As oficinas são implantadas em cada escola segundo a preferência dos alunos, ou seja, as oficinas que têm o maior número de inscrições. Além de diminuir a evasão na escola, pois os alunos passaram a valorizar o espaço, jovens considerados “problema” passam a ter um novo comportamento, motivados pelo projeto.

A Secretaria Municipal de Educação remunera os 40 arte-educadores e investe na aquisição de equipamentos, roupas e fantasias para ensaio e apresentações, materiais esportivos e instrumentos musicais. Os educadores que participam do projeto, fora do horário escolar, também são remunerados. “O objetivo do projeto é resignificar o espaço escolar, enquanto espaço público, aproximando a comunidade da escola”, afirma Cristina. Os arte-educadores recebem instruções pedagógica, moral e social, para poderem contribuir com a educação dos alunos.

## **B. Entrevistas**

Em relação ao programa “A Escola é Nossa”, os entrevistados foram dois professores que além da docência atuam na Assessoria de Educação e Cidadania. Ambos trabalham junto à Secretaria Municipal de Educação há menos de 3 anos,

Segundo os sujeitos, esse departamento tem várias frentes de trabalho e entre elas o programa A Escola é Nossa.



O Programa teve sua origem no governo anterior, fruto de um projeto maior denominado “ Escola Viva”. Este último se fundamentava em três eixos: eixo da simularidade, eixo da gestão democrática e o eixo da inclusão social. e o programa Escola é Nossa foi uma das atividades pensadas para poder estar atuando em um destes eixos.

A iniciativa veio do ex-prefeito, Antonio da Costa Santos (o Toninho do PT) que “veio com muita vontade” de abrir as escolas nos finais de semana. Assim que assumiu o cargo, a intenção imediata era a de já abrir algumas escolas. Segundo a entrevistada, de início pensou-se na possibilidade de iniciar o projeto pela guarda municipal “ e tinha até o título *A Escola é Tua, ...A Escola é Sua*, ou algo parecido” . Após uma discussão no governo, com mais critérios referentes ao projeto, “verificou-se que não poderia ficar com a guarda e sim com a secretaria da educação. Houve discussão posterior em que se optou por instituir o programa A Escola é Nossa, com a abertura das escolas no final de semana e também durante a semana”.

Foi destacado um olhar diferenciado nesse Programa, uma vez que todos os demais existentes sempre foram voltados para alunos das escolas municipais, enquanto esse é destinado, também, a toda a comunidade.

Por sua abrangência, segundo a entrevistada, “ parece que tem pessoas que até confundem que ele é um projeto de secretaria de cultura, mas na verdade é da secretaria da educação, que tem por finalidade maior dar cutucões e fazer a escola pensar no seu currículo com atividades não formais entrando no espaço formal e mudando um pouco os paradigmas da escola”.

Quanto à quebra de paradigmas há uma certeza e até um certo entusiasmo, vivenciado principalmente pela coordenadora do Projeto que, segundo a entrevistada, conta a história inicial com muita paixão. Isso porque o “objetivo da *Escola é Nossa* é redistribuir o espaço escolar enquanto espaço público, para aproximar as relações entre comunidade e escola e vice versa”. No entanto, prossegue em sua argumentação dizendo que esta ação talvez não vise um rompimento de padrões, mas principalmente provocar reflexão dando “aqueles cutucões”.

Uma das grandes discussões focaliza o currículo, pois não é possível as crianças continuarem aprendendo da mesma forma “se a vida das escolas acontece nos bastidores”. O programa acaba contemplando os excluídos, aqueles que continuam na mesma série, considerados alunos-problema. Essa posição é justificada pela argumentação de que, independente do fator mobilizador, o programa tem com o



propósito de “ fazer do espaço escolar, um espaço público, valoriza, inclusive, o aluno que está há anos no banco escolar, que não está alfabetizado, que é ignorado, que é discriminado”.

De acordo com a entrevistada, o atual mantém a filosofia do programa na gestão anterior, mas vem sofrendo aprimoramento.

Quando questionado sobre a aceitação do Programa pela comunidade escolar - sociedade, famílias, alunos e professores – o entrevistado responde que é muito mais fácil e tranqüila por aqueles que não são docentes.

A comunidade em geral recebe com muito gosto, com muita vontade e apoio, mesmo que haja “aqueles que no começo achem meio estranho”. Já em relação aos profissionais escolares é diferente, mais difícil, há uma resistência em relação à escola estar abrindo em dias que não são normais. “A escola sempre foi o castelo que abriu de segunda a sexta.. Sábado e domingo vai-se para todo lugar menos à escola. Quando as escolas eram abertas, as atividades restringiam-se à catequese ou alguma atividade de igreja, menos uma atividade curricular”.

O entrevistado associa essa situação à vivida por Paulo Freire. Em sua opinião, até hoje, escolas estão todas no seu limite. Algumas escolas municipais já descobriram formas de sair deste cenário, procurando formas alternativas para transformar, aceitando o programa a *Escola é Nossa*. Outras ainda não, “ainda não viram que, talvez para atravessar um pouco estes limites, têm que ter um novo olhar sobre a educação”.

Quanto à participação dos profissionais das escolas (professores e funcionários) a entrevistada conta que na gestão anterior, pelo fato do projeto ser de responsabilidade da assessoria de educação e cidadania, este estava diretamente vinculado ao gabinete, ou seja, ao secretário da Educação. Em vista disso, somente os que ocupavam o cargo de Pedagogo eram chamados para as reuniões. Atualmente, sob a responsabilidade do Departamento Pedagógico, há uma maior abertura à participação, sendo possível que um professor ou até mesmo um funcionário assumam a coordenação dos trabalhos em suas respectivas escolas. Esse fato, necessariamente, não aumentou o número de adesões ao projeto, porém, legitimou a presença de outros profissionais não docentes.

Quanto a esse aspecto, segundo a entrevistada, a utilização reforça a idéia da democratização do projeto pedagógico ”porque quando se rediscute este espaço escolar enquanto espaço público está se discutindo o projeto pedagógico da escola”.

O segundo entrevistado interfere neste ponto acrescentando que mais do que a importância da questão pedagógica, a consolidação do projeto é uma questão política. O





fato de estar ligado diretamente ao gabinete era algo muito forte, uma marca da outra gestão, pois “todo mundo falava que abrir a escola, o trabalho do conselho das escolas, isto era coisa do PT. Acho que neste ano, numa outra gestão de uma outra administração, a continuidade do projeto vinculado ao departamento pedagógico consolida o trabalho e tira a marca partidária”.

Em relação à infra-estrutura profissional, de recursos humanos, para a efetivação do projeto, ambos concordaram que há a necessidade de muitos envolvidos, pois o projeto é muito amplo. Ainda não há uma grande equipe central. Iniciou-se com um grupo muito grande, mas aos poucos as pessoas foram retornando aos seus postos normais de trabalho.

Os dois profissionais enfatizaram o fato de que o projeto existe até hoje por persistência da Coordenadora, que está desde o início. A narrativa do processo histórico, contado com paixão a todos os novos integrantes faz com que se tenha uma idéia viva do espírito inicial “é muito bom ouvi-la falando sobre o projeto”.

A entrevistada acrescenta que desde o início muitos desistiram “porque, por exemplo, quando começou esse projeto algumas das pessoas iam às escolas e batiam corda. Mas a proposta não é essa”.

O desafio agora é fazer com que as escolas sejam parceiras, assumindo responsabilidades pela coordenação e incluindo o programa no projeto pedagógico. Nesse sentido, os entrevistados lembram que o coordenador é figura-chave neste programa, desempenhando o papel de estabelecer vínculo entre a escola, a comunidade e os profissionais que participam, seja nos finais de semana, seja nas discussões do dia-a-dia. O conselho de escola também exerce um papel fundamental.

A proposta do A Escola é Nossa não é o de fazer para, mas fazer com a comunidade, que tem a co-responsabilidade pelo programa, pois “a comunidade pode construir e fazer parte desta história, comprometendo-se para que este programa depois não fique como um projeto da gestão, mas assumido dentro da escola pelos conselheiros e pela comunidade”.

Daí a importância do conselho das escolas, um conselho que seja atuante, que trabalhe envolvendo pessoas, além da figura do coordenador, o que caracteriza, em nossa análise, uma verdadeira atuação da sociedade civil nas questões de interesse público.

No programa, em meio a várias atividades, o hip hop é o grande chamaris, envolvendo o rap, o grafite e a dança de rua. Dessa forma, de acordo com os

entrevistados, aprende-se muito na troca e conhecimento com a comunidade e com os monitores. “é muito importante conseguir resgatar o papel da extensão dos agentes sociais”.

Quanto à questão mais específica da comunicação, Luciano mencionou a existência de uma revista, que é encaminhada para os conselheiros de escolas, um total de 5.500 pessoas “ Entretanto, o maior canal de comunicação do A Escola é Nossa é o boca a boca. Não é o comunicado do diário oficial, não é o cartaz no ônibus, é a atividade começando lá, mostrando que é positivo. Se hoje vêm 10 alunos, em outro dia os 10 que vieram trazem seus amigos”. (Luciano)

Célia endossa essa constatação lembrando que “há uma rede de comunicação que até funciona, constituída por cartaz, diário oficial, mala direta, mas o mais importante é o boca a boca”.

É interessante observar o olhar dos entrevistados sobre a força da comunicação informal, desencadeada por meio dos veículos formais existentes, mas, principalmente, por meio das ações efetivas da própria ação. Assim, Luciano destaca que:

“O projeto é muito mais divulgado, melhor que um cartaz no ônibus, é ter uma pessoa que fale deste projeto dentro do ônibus. Eu ando muito de ônibus, um espaço onde faço avaliação do governo, espaço que faço avaliação da escola daquele bairro, porque no ônibus, você começa a escutar, você lança, você fala alguma coisa para alguém e ali vai começando... As pessoas começam a discutir, fazem avaliação positiva ou negativa, apontam acertos e erros, são os melhores veículos de comunicação e de avaliação. Porém, muitos não se dão conta desses espaços como locais de permanente avaliação (...) Se você quer avaliar o atendimento de um órgão, de uma secretaria, de um diretor, fique no portão da escola por 15 minutos antes de abrir. Ali tudo é avaliado”. (Luciano).

O trabalho, de acordo com a visão de Célia e Luciano, não tem a devida projeção na mídia. Para Célia, tudo depende do momento: “Um exemplo é quando a questão da violência está em evidência, a imprensa busca projetos que podem colaborar para amenizar seu impacto. É aí que às vezes aparecemos. Porém, no cotidiano, a divulgação do programa não é algo que vende notícia”.

O entendimento da importância da comunicação dentro da educação é destacada pelos entrevistados na afirmação de que a mesma “seria muito útil, como veículo de formação dos profissionais, principalmente para que esses profissionais envolvidos se conscientizem e acreditem mais na proposta”.

Célia lembra, também, que nessa análise pesa a questão da linguagem, porque na comunicação há muita distorção das informações divulgadas sobre o programa.



Aqui vale lembrar que Campinas, mesmo sendo considerada a segunda maior cidade do estado de São Paulo e o terceiro pólo industrial do país, possuindo uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, além de universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas dos mais variados ramos de atividades, conta, atualmente, apenas com uma empresa de comunicação de massa para veículos impressos, monopolizando a circulação de jornal, com uma postura explicitamente parcial.

Analisando sob o ponto de vista da democracia e da comunicação pública, de fato este tipo de monopólio representa uma contradição, pois essa falta de democratização da informação evidencia as políticas editoriais voltadas às linhas políticas do jornal, que, por vezes, limitam o acesso da sociedade à informação imparcial, apresentando-a com as distorções provocadas pelos interesses políticos e econômicos dos veículos.

“Claro que a existência de uma fala neutra é quase impossível, por isso é que eu acho que entra a questão da formação e da ética, que determinam como será divulgada a informação”. (Célia).

Um aspecto relevante destacado durante a entrevista referiu-se ao ponto de integração entre a comunicação e a educação no programa A Escola é Nossa. Nesse sentido, Célia fez uma importante consideração ao mencionar que o programa

“é um projeto de educação, que trabalha com questões culturais e artísticas, que realmente pretende estreitar a relação da escola com a comunidade, e da comunidade com a escola, então ele também presta um serviço de comunicação, pois ouve esta comunidade, o que ela tem para comunicar, identificando as suas comunicações, as linguagens utilizadas nessa relação”.

Para relacionar o programa como uma perspectiva de comunicação pública, que inclusive desenvolve o papel da comunicação voltado para educação com fim social, Luciano analisa que o programa valoriza cada vez mais o espaço público, fazendo com que a comunidade enxergue como seu espaço, que pode ser utilizado para muitas coisas, não só para aquela finalidade inicial voltada para a educação formal.

Nessa ótica, Célia endossa que com o programa há uma busca por re significar o espaço escolar enquanto espaço público, sendo que com a comunicação garante-se a expressão das diferentes vozes dos atores sociais.

É isso o que podemos depreender da seguinte colocação:

“Eu acho que o espaço público é isso, a possibilidade de encontro de todos na busca pela qualidade, que é o grande objetivo desse programa significativamente educativo,



que garante a relação com a arte, com as diversas culturas, acho que isso é importante. Isso pode ser exemplificado com o hip hop, em que se manifestam a arte, a cultura, numa outra linguagem, por meio da música, de uma outra forma de trabalhar a expressão cultural”. (Célia)

Os entrevistados revelam que há ainda forte resistência dos profissionais da educação em buscar novas formas de educação. Todavia, tanto os entrevistados como diversos autores ligados à área de educação têm demonstrado a necessidade de valorização de novas alternativas, envolvendo a educação informal, para atender às diversidades sociais. Nesse contexto, percebemos claramente o quanto a comunicação precisa agir como aliada da educação.

Cabe incluir, por outro lado, o espaço da escola como um espaço que privilegia a educação e por isso mesmo requer sua valorização por parte da sociedade, com a participação efetiva da comunidade interna e externa.

“A escola ainda é o lugar oficial, institucionalizado, onde a criança vai aprender. Para a criança da escola pública é o lugar que ela tem para aprender, então temos que qualificar este local. Temos que promover a valorização da educação pública. Eu acho que o nosso movimento é este, de qualificar o espaço e mostrar que existem movimentos contrários a essa mesma, esse conservadorismo, que existem grupos aí dispostos a colaborar com a educação pública e por isso espero que esses grupos se encontrem”. (Célia)

Programas como A Escola é Nossa têm possibilitado a re-significação do espaço da escola pela comunidade, a ponto de promover um resgate da relação escola/comunidade. Alguns exemplos foram considerados pelos entrevistados, entre os quais destacamos o que ocorreu com a Escola Floriano Peixoto, localizada na Vila Orozimbo Maia, na região sul, em Campinas:

“Foi com um trabalho bem associado ao conselho de escola, com o objetivo transformar essa escola, uma escola super violenta, e que conseguiu reverter o quadro negativo a ponto de representar a cidade num concurso internacional sobre a paz nas escolas. A escola tem hoje uma outra cara”.

O programa A Escola é Nossa inclui atividades nos finais de semana, mas como extensão do projeto pedagógico das escolas. “A Escola é Nossa vem com este outro olhar tendo atividades diversas nos finais de semana, mas com reflexo no dia a dia lá dentro da escola”. (Luciano)

Assim, a educação formal abre espaço para a educação informal e a ela se alia, entendendo o quanto às expressões de uma comunidade podem colaborar para o aprendizado. A comunicação, por sua vez, é expressão, é interlocução, é relacionamento e por isso não se pode conceber educação sem comunicação. Já a comunicação que não



esteja comprometida com a educação social pode ser vista como algo sem sentido ou mesmo nocivo para a sociedade.

### **Considerações finais**

De tudo o que foi exposto, podemos concluir que a escola é um espaço potencial para o desenvolvimento da comunicação pública, uma vez que a participação da sociedade nas questões de interesse público vem acontecendo dentro de alguns programas realizados por secretarias de educação municipais e estaduais, como é o caso do programa A Escola é Nossa, da Secretaria de Educação do município de Campinas – São Paulo.

Esse espaço escolar fixa-se notadamente como um ambiente público para ações voltadas à cidadania das comunidades em que se inserem, de acordo com o que foi analisado por meio das colocações dos entrevistados.

Além do espaço físico próprio da escola, a comunicação desencadeada a partir das ações desenvolvidas na mesma, causa impacto em outros espaços públicos, caracterizando o que aqui definimos como Comunicação Pública.

A comunicação também tem papel preponderante na mudança cultural que precisa ser processada, principalmente quando essa mudança significa a quebra de paradigmas, neste caso, ligado às formas mais tradicionais de educação formal.

Toda a relação entre comunicação e educação fica evidente quando são constatados os públicos envolvidos (coordenadores, conselheiros, funcionários, monitores, alunos e comunidade), sendo que as lideranças desse processo devem ser identificadas e envolvidas, para que contribuam com a efetividade da mudança de paradigma necessária.

Nesse sentido, a interface entre comunicação e educação aparece como um pressuposto básico para o sucesso do trabalho, transformando-se num desafio para, segundo Citelli “ buscar não apenas entender, mas ajudar a transformar a escola que temos e a sociedade em que vivemos”. (Citelli, 2000, p. 16)

O programa A Escola é Nossa demonstra que, mesmo sendo um programa governamental, há possibilidade de sua continuidade graças ao envolvimento da comunidade em seus conselhos, fazendo com que o programa não dependa apenas da vontade de seus gestores públicos.



Por toda a importância que representa, pretendemos dar continuidade às pesquisas que poderão ser desenvolvidas para aprofundar a análise sobre o tema Comunicação Pública e Educação.

### **Referências bibliográficas**

CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: A linguagem em movimento. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). Comunicação Pública. Campinas: Ed. Alínea, 2004.

WEBER, Ana Maria. Palestra proferida na Semana da Comunicação do Centro Universitário Univag MT, em 19/05/2005.